

**CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – Coopesf inscrita no CNPJ 05.097.757/0001-69, remete ao Banco Central do Brasil as demonstrações financeiras e demais documentos listados abaixo para publicação na Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional em conformidade com Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020.

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas.

Declaração de Responsabilidade da Administração

Reconhecemos nossa responsabilidade pela publicação das demonstrações financeiras e demais documentos contidos neste arquivo.

Cumprimos com nossa responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

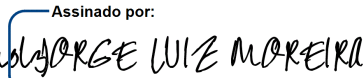
Informamos que todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras, que os pressupostos significativos utilizados por nós ao fazermos as estimativas contábeis são razoáveis, e que todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais exigem ajustes ou divulgação foram ajustados ou divulgados, sendo que os efeitos das distorções não corrigidas são imateriais, individualmente ou de forma agregada, para as demonstrações financeiras como um todo.

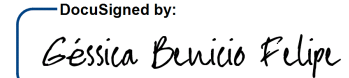
Confirmamos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, encontram-se nesta data, devidamente aprovadas para fins de divulgação, pelos níveis competentes na administração.

Curitiba, 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DocuSigned by:

14D320755CB64E0...

Assinado por:

D3039D6A199446A...

DocuSigned by:

B8DAEB7FBCFB40D...

**COOPERATIVA DE CREDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO
METROPOLITANA- COOPESF**

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

**COOPERATIVA DE CRÉDITO E
SERVIÇOS FINANCEIROS DE
CURITIBA E REGIÃO
METROPOLITANA – COOPESF**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Nº 124/2026

AB: 31/12/2025

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs.

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana –
COOPESF - PR

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto o mencionado no parágrafo de Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações contábeis COOPESF, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Em novembro de 2025 foi realizada a reversão da provisão no valor de R\$ 758.939,65, referente a renegociação onde não identificamos melhoras significativas plausíveis na situação econômica-financeira, amortizações relevantes, ou eventos que possam justificar a “cura” das operações, descaracterizando o ativo como problemático, e até a data da reversão, foram realizadas liquidações financeiras no valor total de R\$ 90.010,14, adicionalmente, em eventos subsequentes, ambos os contratos se encontram inadimplentes nos meses de janeiro e fevereiro de 2026. Diante do exposto, não opinamos sobre a adequação do saldo de sobras apresentado em 31 de dezembro de 2025 nas demonstrações contábeis Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF.

Conforme mencionado na nota explicativa 20, no mês de dezembro de 2025 a instituição realizou operação de cessão de créditos originados de operações de empréstimos para pessoas físicas, entretanto, a operação foi firmada com integrantes do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, parte relacionadas, o que poderá ser caracterizado conflito de interesse. O saldo dessa operação compõe a receita de recuperação de operações baixadas para prejuízo no valor de R\$ 1.450.000,00, com deságio de 51% do valor total, entretanto, até a data de conclusão do nosso relatório a COOPESF ainda constava como credora das ações judiciais, pois as alterações no processo judicial de cobrança não haviam sido concluídas.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 onde descreve que as referidas demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, dos valores comparativos relativos aos

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

períodos anteriores, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPESF é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPESF, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

São Paulo, 31 de março de 2026.

SACHO AUDITORES
INDEPENDENTES: 7
4006719000176

Assinado de forma digital por SACHO
AUDITORES INDEPENDENTES:74006719000176
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=SP, l=Sao Paulo,
ou=VideoConferencia, ou=31060631000120,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CNPJ A3, cn=SACHO AUDITORES
INDEPENDENTES:74006719000176

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8
CNAI-IPJ-000155

HUGO
FRANCISCO
SACHO:0066943
4850

Assinado de forma digital por HUGO
FRANCISCO SACHO:00669434850
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=VideoConferencia,
ou=31060631000120, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=RFB e-CPF A3, ou=(em branco),
cn=HUGO FRANCISCO
SACHO:00669434850

HUGO FRANCISCO SACHO
CRC – 1SP 124.067/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO SOCIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em atendimento às exigências legais e regulatórias vigentes apresentamos o Relatório da Administração da Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, relativo ao exercício de 2025 finalizado em 31 de dezembro de 2025.

A situação econômica Mundial no ano de 2025 foi caracterizada por uma série de fatores que causaram incertezas, dentre as principais destaca-se o impacto do aumento das tarifas comerciais internacionais e a intensificação de conflitos armados em várias partes do mundo. No Brasil a manutenção de altos níveis de taxa de juros e o aumento significativo de impostos colaboraram para um ambiente de instabilidade, afetando as expectativas econômicas e tornando o cenário ainda mais desafiador para investidores, tanto em nosso país quanto no exterior.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve uma alta de 0,33% em dezembro e a inflação acumulada em 12 meses chegou a 4,26%, conforme IBGE, comportamento este que mantém o Banco Central em estado de alerta e justifica a última decisão de manutenção da taxa Selic em 15% ao ano, até que haja sinais mais consistentes de convergência da inflação à meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. O desvio persistente em relação ao objetivo central do regime de metas indica um cenário inflacionário ainda desafiador para 2026.

A economia brasileira em 2025 apresentou um panorama de desaceleração, as previsões de crescimento do PIB ficaram na casa dos 2,26% impulsionado pela continuidade do crescimento na agropecuária, mas enfraquecido pela desaceleração na indústria e pela política monetária ainda restritiva que afeta o consumo, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 78,7% do PIB (R\$ 10 trilhões) em 2025, o resultado nominal do setor público consolidado, incluindo primário e juros, foi deficitário em R\$1.062,6 bilhões (8,34% do PIB) em 2025 fatos que influenciam ainda mais nas incertezas econômicas do Brasil.

O Mercado Financeiro sofreu fortemente com as consequências dos fatos acima e mais ainda com as mudanças na regulamentação pelo Banco Central que com regras e normas mais rígidas busca garantir que bancos, cooperativas de crédito e outras instituições tenham capital suficiente para operar e suportar riscos.

Em que pese os desafios econômicos a Coopesf vem no decorrer dos anos aprimorando cada vez mais seu potencial de negócios, adquirindo em 2023 um novo sistema operacional, o da Uniprime Central, sistema este que está proporcionando a implementação de novos produtos e serviços.

Em uso tem-se o Internet Banking, o Mobile Banking, PIX, movimentação em conta corrente e investimentos, disponibilizados a seus Colaboradores e Conselheiros, na sequência e gradativamente está sendo estendido aos demais Associados, buscando assim a retenção da base de Cooperados, a redução de custos e aumento de receitas.

O ano de 2025 foi desafiador, mas ao mesmo tempo motivador para a Coopesf, que pode amadurecer e nas dificuldades buscar soluções para desenvolvimento e crescimento, para a manutenção do sucesso da Cooperativa. Agradecemos aos Colaboradores, Diretores, Conselheiros, Prestadores de Serviços e em especial a Uniprime Central, que através dos seus profissionais habilitados e qualificados auxiliam a implementar e executar as atividades do dia a dia, garantindo o cumprimento das normas técnicas e eficiência na prestação de serviços, destacando que sem os mesmos não se conseguiria a resiliência permanente de manter o nível de atendimento e de excelência que os cooperados merecem.

Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – Coopesf

Fontes:

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/comunicadoscopom/20840>

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>

<https://www.infomoney.com.br/economia/boletim-focus-projecoes-analistas-05012026/>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/01/30/com-aumento-de-gastos-do-governo-e-juros-altos-divida-publica-avanca-para-787percent-do-pib-em-2025.ghtml>

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/inadimplencia-das-familias-sobe-a-300-em-julho-maior-nivel-desde-setembro-de-2023-diz-cnc/>, <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/08/07/inadimplencia-cresce-e-atinge-maior-patamar-em-quase-dois-anos-aponta-cnc.ghtml>

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
BALANÇO PATRIMONIAL (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ATIVO	NOTA	31/12/2025
Disponibilidades	04	331.313,01
Instrumentos financeiros		16.062.408,37
Ativos financeiros ao custo amortizado		15.798.645,27
Aplicações interfinanceiras de liquidez	04	2.406.682,40
Títulos e valores mobiliários	05	50.000,00
Operações de crédito	06	14.731.333,74
Outros ativos financeiros	07	36.794,10
Provisão para perdas esperadas	06	(1.426.164,97)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		263.763,10
Títulos e valores mobiliários	05	263.763,10
Ativos não financeiros disponíveis para venda	08	613.241,54
Imobilizado de uso	09	240.928,35
Intangível	09	10.030,86
TOTAL DO ATIVO		17.257.922,13
PASSIVO	NOTA	31/12/2025
PASSIVO		9.785.909,25
Instrumentos financeiros		9.784.467,15
Passivos financeiros ao custo amortizado		9.784.467,15
Depósitos e recursos por emissões de letras	10	9.349.395,03
Outras obrigações	11	435.072,12
Provisão e outras obrigações com instrumentos financeiros	12	1.442,10
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	7.472.012,88
Capital social		6.665.966,02
Reserva de lucros		725.681,33
Sobras ou perdas acumuladas		80.365,53
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.257.922,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	EXERCÍCIO
		2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13	6.871.441,12
Operações de crédito		6.534.538,65
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		336.902,47
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14	(3.776.613,90)
Operações de captação no mercado		(1.818.194,59)
Operações de empréstimos e repasses		-
Provisão para perdas esperadas		(1.958.419,31)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.094.827,22
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	15	15.513,35
Receitas de prestação de serviços		7.790,72
Resultado de participações em coligadas e controladas		-
Outras receitas operacionais		7.722,63
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	16	(2.976.178,20)
Despesas de pessoal		(1.726.703,90)
Despesas administrativas		(1.016.520,26)
Despesas tributárias		(14.164,23)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais		(37.695,23)
Outras despesas operacionais		(181.094,58)
RESULTADO OPERACIONAL		134.162,37
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(0,85)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		134.161,52
RESULTADO LÍQUIDO		134.161,52
ABSORÇÃO - FATES E RESERVAS		28.858,72
RESULTADO DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		163.020,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	EXERCÍCIO
		2025
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		134.161,52
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO		-
Itens que serão reclassificados para o resultado		-
Itens que não serão reclassificados para o resultado		-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		134.161,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Reais)
MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	NOTA	EXERCÍCIO
		2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras Líquidas		134.161,52
Ajustes por:		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		858.656,81
Depreciações		30.158,09
Amortizações		7.537,14
Geração Bruta de Caixa		1.030.513,56
Variações nos Ativos e Passivos		
(Aumento)/Redução de títulos e valores Mobiliários		(50.000,00)
(Aumento)/Redução de operações de crédito		32.782,29
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros		6.533,40
Aumento/(Redução) de depósitos e recursos por emissões de letras		292.297,12
Aumento/(Redução) de outras obrigações		(49.560,00)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.262.566,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(Aquisição)/Alienação de Imobilizado		(3.699,00)
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de investimentos		(3.699,00)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralizações de Capital Social		88.660,56
Baixas de Capital		(1.812.838,75)
Juros ao Capital		141.658,94
Destinação para FATES		(6.708,08)
Absorção FATES		28.858,72
Transferência de Capital a Pagar		434,24
Caixa líquido originado/(aplicado) nas atividades de financiamento		(1.559.934,37)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		(301.067,00)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		3.302.825,51
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	04	3.001.758,51
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(301.067,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Eventos	NOTA	6.1.1.00.00.00.000	6.1.5.10.20.00.000	6.1.5.10.30.00.000	6.1.7.00.00.00.000	Patrimônio Líquido
		Capital Realizado	Reserva		Sobras/Perdas Acumuladas	
			Cooperativas	Valores Revertidos		
Saldo em 31/12/2024		7.999.829,72	711.830,94	-	248.655,55	8.960.316,21
Integralizações de capital		88.660,56	-	-	-	88.660,56
Baixas de Capital		(1.812.838,75)	-	-	-	(1.812.838,75)
Juros Sobre Capital Próprio		141.658,94	-	-	-	141.658,94
Resultado Líquido do Período		-	-	-	134.161,52	134.161,52
Resultado - Absorção FATES e Reservas		-	-	-	28.858,72	28.858,72
Reservas e Fundos		-	-	-	-	-
Reclassificação de reservas		-	-	434,24	-	434,24
Distribuição de Sobras		-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para capital		248.655,55	-	-	(248.655,55)	-
Distribuição de sobras para reservas		-	13.416,15	-	(13.416,15)	-
Distribuição de sobras para FATES		-	-	-	(6.708,08)	(6.708,08)
Ajustes de transição Res. 4.966/21		-	-	-	(62.530,48)	(62.530,48)
Saldo em 31/12/2025	13	6.665.966,02	725.247,09	434,24	80.365,53	7.472.012,88
Mutações do Período		(1.333.863,70)	13.416,15	434,24	(168.290,02)	(1.488.303,33)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Serviços Financeiros de Curitiba e Região Metropolitana – COOPESF, foi constituída em 22 de janeiro de 2002 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de abril de 2002, tem por seu objetivo estimular a formação e a educação cooperativista e financeira dos seus associados, através de ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, procurando proporcionar através da mutualidade, assistência financeiras aos cooperados.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pelas Resoluções CMN nº 4.910/21, 4.970/21 e 5.051/22; e pelo Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2023.

A COOPESF participa do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, de abrangência nacional, que tem por objeto prestar garantia de crédito nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$250.000,00 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez às filiadas.

A administração reafirma o propósito e o compromisso de continuar realizando as atividades e as operações normalmente, e não tem conhecimento de indícios ou incertezas que possam configurar sua descontinuidade.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da COOPESF, autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras aprovadas pelo Conselho de Administração em 06/03/2026. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e às alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, devidamente adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista. Também observam as normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), além de serem apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Foram aplicados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores no âmbito do processo de convergência às normas contábeis internacionais, desde que não conflitem com a regulamentação específica do CMN e do BACEN, a saber:

- Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 03 – Fluxo de Caixa (Resolução nº 4.818/2020);

- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 06 – Arrendamento (Resolução nº 4.975/2021)
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (Resolução nº 3.989/2011);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823/09);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução nº 4.967/21);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.877/2020);
- CPC 41 – Resultado por ação (Resolução nº 4.818/2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução nº 4.924/2021);
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução nº 4.924/2021).

Na elaboração destas demonstrações financeiras também foram observadas as disposições da Legislação Cooperativista.

Em conformidade com a regulamentação vigente, a COOPESF adotou as normas e instruções que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 representaram mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- A adoção da metodologia simplificada para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito com base na classificação das operações de crédito por carteiras de C1 a C5, de acordo com a qualidade e suficiência das garantias apresentadas. Essa segmentação reflete o nível de risco de crédito, sendo C1 destinada às operações com garantias de maior robustez, e C5 às operações com garantias de menor qualidade ou relevância.
- Classificação e mensuração de ativos financeiros com base no modelo de negócio da COOPESF e nas características contratuais dos fluxos de caixa do ativo (também denominado teste de “SPPJ”); A adoção da metodologia diferenciada linear para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado;
- A adoção da metodologia diferenciada linear para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de risco de recuperação”; e

- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

A COOPESF implementou o conjunto de Instruções Normativas do Banco Central do Brasil que, a partir de 1º de janeiro de 2025, alteraram e definiram as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), abrangendo os seguintes grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; e (v) resultado credor e devedor.

A COOPESF adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução BCB nº 352, de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Adicionalmente, em conformidade com o disposto no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 não foram apresentadas informações intermediárias referentes a períodos semestrais quando da divulgação das demonstrações financeiras anuais.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional. Referem-se a recursos que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor.

b) Ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

Os ativos financeiros são baixados, se:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem.
- não houver expectativas razoáveis de sua recuperação. Neste caso, a baixa é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada. As recuperações subsequentes são contabilizadas como receita em contrapartida do ativo.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencida.

c) Classificação de ativos financeiros

Em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** Categoria aplicável aos ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cuja estratégia de gestão é voltada exclusivamente para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, compostos unicamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal (SPPJ). A mensuração do ativo é realizada pelo valor de reconhecimento inicial, ajustado pelo método da taxa de juros efetiva, deduzido das amortizações de principal e juros, bem como de eventual provisão para perda de crédito esperada;
- **Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Aplicável quando o ativo financeiro é mantido com o objetivo tanto de receber fluxos de caixa contratuais (pagamentos de principal e juros), quanto de ser eventualmente vendido; e
- **Valor Justo por Meio do Resultado (VJPR):** Ativos financeiros são classificados nesta categoria quando (i) não atendem aos critérios para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou (ii) quando são mensurados pelo seu valor justo em cada data de balanço e as variações desse valor são reconhecidas diretamente no resultado do período, refletindo imediatamente os efeitos de mercado nas demonstrações financeiras.

Modelos de negócios para gestão de ativos financeiros: são definidos conforme os objetivos da cooperativa, aprovados pelo Conselho de Administração, e indicam como grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir metas específicas, considerando os riscos do modelo de negócios e sua avaliação e reporte à Administração.

SPPJ: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro, com o objetivo de verificar se se referem exclusivamente ao pagamento de principal e juros (contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro). Caso haja exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro não atende ao teste SPPJ e deve ser classificado na categoria de Valor Justo por meio do Resultado.

Instrumentos Patrimoniais: as ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado.

d) Classificação de passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada aos passivos financeiros designados, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de reduzir assimetrias contábeis;
- **Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras:** mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o saldo da tarifa sobre o serviço a ser diferido no resultado, conforme prazo do contrato.

e) Taxa de juros efetiva

Método de juros efetivos para o cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis ao contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, custos de transação e outros prêmios e descontos. A apropriação de juros deixa de ser reconhecida a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de risco de recuperação”.

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foram constituídas em conformidade com a regulamentação vigente e com a política de risco. Foi adotada a metodologia simplificada para apuração das provisões, complementada pela metodologia sistêmica prevista na política. Esta metodologia estima a média de perdas que a cooperativa pode registrar em sua carteira de crédito em determinado período, considerando variáveis como: alocação de ativos por tipo de carteira, variação dos indicadores de inadimplência conforme a faixa de atraso e pesos atribuídos às vulnerabilidades de cada operação (C's de Crédito). O cálculo visa mensurar, em valores monetários, o nível esperado de provisionamento das perdas e aprimorar a gestão do risco de crédito. Caso a estimativa interna supere o mínimo regulamentar, aplica-se um complemento de provisão.

g) Ativo problemático

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando apresentar atraso superior a 90 dias no pagamento, operações reestruturadas ou quando houver evidências de que a obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas, independentemente da existência de garantias ou colaterais.

A operação deixa de ser caracterizada como problemática quando, de forma cumulativa, forem atendidos os seguintes critérios: inexistência de parcelas vencidas (inclusive do grupo econômico), manutenção da pontualidade nos pagamentos por, no mínimo, 90 dias consecutivos, cumprimento das demais obrigações contratuais por período considerado suficiente e evidências de capacidade de pagamento integral, inclusive em operações reestruturadas, sem a necessidade de execução de garantias.

h) Outros ativos

Compreendem os bens, direitos e demais itens que não possuem natureza financeira, registrados de acordo com os critérios estabelecidos na regulamentação vigente. Incluem, entre outros, os ativos recebidos em liquidação de operações, ativos mantidos para venda, créditos tributários e despesas antecipadas, entre outros.

i) Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

O intangível corresponde a direitos adquiridos sobre bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, sendo demonstrado pelo custo

de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas, calculadas com base na estimativa da vida útil do bem.

j) Redução do valor recuperável de ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (Impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em conformidade com a regulamentação vigente, para fins de mensuração da provisão para compromissos de crédito, é considerada a avaliação de risco do cooperado, amparada por informações internas e externas, contemplando aspectos como: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, pontualidade e eventuais atrasos nos pagamentos, situação de renda e de patrimônio, bem como outras informações cadastrais.

A referida classificação compreende 08 (oito) níveis, de A a H, os quais refletem percentuais de provisão que variam de 0,5% a 100%, conforme o nível de risco atribuído ao cooperado. Os percentuais de provisão são aplicados sobre a base correspondente a 40% dos referidos compromissos em linha com as regulamentações aplicáveis à gestão de riscos.

l) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações. De acordo com a probabilidade de perda são classificados como: (i) provável e são provisionados nas Demonstrações Contábeis; (ii) possível, não são provisionados e são informados nas Notas Explicativas; e (iii) remota, nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia indícios de existência de ativos ou passivos contingentes.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para cada base de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e pela Contribuição Social quando auferirem resultados positivos provenientes de operações e atividades estranhas à sua finalidade ou realizadas com não associados, denominadas atos não cooperativos.

n) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, elaboradas pelo método indireto, foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com os prazos inferiores a 360 dias são classificados no circulante, e aqueles com prazos superiores, não circulante.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos em notas explicativas e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes.

Declaramos que não houve evento subsequente para as demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são formados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos com liquidez imediata, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a três meses, utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da cooperativa.

Em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de 31/12/2025. Informamos ainda que a Cooperativa não possui linha de crédito pré-aprovada.

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025
Disponibilidades	331.313,01
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.406.682,40
Títulos e Valores Mobiliários	263.763,10
TOTAL	3.001.758,51

Aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por saldo mantido em conta e aplicado diariamente, com liquidez imediata, por meio de convênio com instituição financeira parceira para utilização da Cabine e Compe, possibilitando uma maior oferta de serviços financeiros aos cooperados da COOPESF.

Os títulos classificados na categoria de títulos e valores mobiliários são aqueles cuja administração pode negociar ativa e frequentemente no mercado. Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025			
	A VENCER			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<u>Ativos financeiros ao custo amortizado</u>				
Depósitos interfinanceiros	-	50.000,00	-	50.000,00
Total ativo financeiro custo amortizado	-	50.000,00	-	50.000,00
<u>Ativos financeiros a VJR</u>				
Fundos de investimento ¹	263.763,10	-	-	263.763,10
Total ativo financeiro VJR	263.763,10	-	-	263.763,10
Total 31/12/2025	263.763,10	50.000,00	-	313.763,10

- (1) Os títulos classificados na categoria de fundos de investimento são aqueles cuja administração pode negociar ativa e frequentemente no mercado. Esses títulos possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo este ajuste lançado em conta específica do resultado do exercício;

6 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito foram classificadas como custo amortizado.

- a) Em 31 de dezembro de 2025 a composição da carteira de operações de crédito de curto e longo prazo apresentava a seguinte distribuição:

Operações de crédito	31/12/2025			Total
	A Vencer			
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Operações ativas	4.582.179,80	4.795.306,51	5.353.847,43	14.731.333,74

- b) Registro da carteira de crédito classificada em não problemáticos e problemáticos:

Classificação da carteira	Não problemático	Problemático
Carteira C1	-	-
Carteira C2	411.464,50	-
Carteira C3	11.618.165,94	1.021.537,71
Carteira C4	46.154,68	-
Carteira C5	1.440.075,23	193.935,68
Total Geral	13.515.860,35	1.215.473,39

c) Classificação da carteira de crédito líquida por modalidade de crédito:

Carteira de crédito	Total carteira bruta	Provisão para perdas¹	Total carteira líquida de provisão
Empréstimos	14.519.438,81	(1.421.384,79)	13.098.054,02
Direitos creditórios descontados	211.894,93	(4.780,18)	207.114,75
Total operações de crédito	14.731.333,74	(1.426.164,97)	13.305.168,77

(1) As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e BCB.

d) Classificação da carteira de crédito bruta por carteiras de ativos financeiros:

Operações de crédito	C2	C3	C4	C5
Empréstimos	411.464,50	12.427.808,72	46.154,68	1.634.010,91
Direitos creditórios descontados	-	211.894,93	-	-
Total	411.464,50	12.639.703,65	46.154,68	1.634.010,91

A classificação da carteira de ativos financeiros é realizada em conformidade com a Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023.

e) Concentração de Devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	
	VALOR	%
Maior devedor	1.598.244,16	10,85%
10 seguintes maiores devedores	4.395.801,05	29,84%
20 seguintes maiores devedores	2.352.219,14	15,97%
40 seguintes maiores devedores	2.012.689,29	13,66%
Demais devedores	4.372.380,10	29,68%
TOTAL	14.731.333,74	

7 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Outros ativos financeiros	31/12/2025
	Circulante
Outras rendas a receber ¹	25.428,16
Adiantamentos e antecipações salariais ²	11.365,94
TOTAL	36.794,10

(1) O valor de rendas a receber refere-se a juros de cheque especial e adiantamento a depositante de competência do mês em curso que serão liquidadas no mês subsequente.

(2) Adiantamento e antecipações salariais refere-se aos pagamentos de 13º salário e férias cujo gozo ocorrerá no semestre subsequente.

8 ATIVOS NÃO FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Referem-se a bens de propriedade da instituição, não utilizados no desempenho da atividade social, inclusive os recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa liquidação.

	31/12/2025
Ativos não financeiros - AMV	Não Circulante
Ativos não financeiros - AMV	613.241,54
TOTAL	613.241,54

9 IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

O Imobilizado de uso e intangível são demonstrados pelo custo de aquisição menos a depreciação e amortização acumulada. As depreciações e amortizações são calculadas com base no histórico da empresa do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos. Em 31 de dezembro de 2025 estão assim representados:

Descrição	Taxas anuais de depreciação (%)	31/12/2025		
		Custo Corrigido	Deprec/Amort Acumulada	Líquido
Imobilizado de Uso		841.602,74	(600.674,39)	240.928,35
Móveis e equipamentos de uso	10% a 20%	305.868,41	(280.607,47)	25.260,94
Imóveis	4%	535.734,33	(320.066,92)	215.667,41
Intangível		18.005,49	(7.974,63)	10.030,86
Sistemas de Processamento de Dados	20%	8.750,00	(2.185,12)	6.564,88
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	20%	9.255,49	(5.789,51)	3.465,98
TOTAL		859.608,23	(608.649,02)	250.959,21

10 DEPÓSITOS

Os depósitos foram classificados como passivo financeiro ao custo amortizado:

- a) O grupo de depósitos é constituído pelo saldo mantido pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista), e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	31/12/2025
Depósitos	Circulante
À Vista	39.985,44
A Prazo	9.309.409,59
TOTAL	9.349.395,03

b) Depósito a Prazo – RDC-DI – Concentração de depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	
	VALOR	%
Maior depositante	816.331,71	8,77%
10 seguintes maiores depositantes	4.273.072,57	45,90%
20 seguintes maiores depositantes	2.771.605,13	29,77%
40 seguintes maiores depositantes	1.328.814,21	14,27%
Demais depositantes	119.585,97	1,28%
TOTAL	9.309.409,59	

11 OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de outras obrigações estava assim composto classificado como custo amortizado:

Outras Obrigações	31/12/2025	
	Circulante	
IOF a recolher - operação de crédito	3.643,09	
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social ¹	13.647,00	
Provisão de Juros s/ Capital Social de Cooperativas	136.667,06	
Cotas de Capital a Pagar ²	115.027,03	
Fiscais e Previdenciárias ³	71.230,24	
Despesas de Pessoal ⁴	93.689,03	
Outros Passivos ⁵	1.168,67	
TOTAL	435.072,12	

- (1) Atendendo à instrução do BACEN, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº. 5.764/71.
- (2) O valor em cotas de capital a pagar refere-se à restituição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação, conforme estabelecido no parágrafo 4º do artigo 24 da Lei nº 5.764/71.
- (3) Referem-se aos impostos e contribuições a recolher devidos pela instituição ou retidos na fonte, que serão recolhidos posteriormente conforme determina a legislação.
- (4) Provisão para pagamento de despesas com pessoal representa o valor necessário para pagamento de férias e seus respectivos encargos, apurados pelo número de dias de direito dos funcionários.
- (5) Outros passivos representam valores a pagar de obrigações pendentes a serem regularizadas no decorrer do semestre seguinte.

12 PROVISÃO E OUTRAS OBRIGAÇÕES COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Referem-se as provisões para perdas de crédito com compromissos de créditos:

Obrigações com instrumentos financeiros	31/12/2025	
	Base	Provisão para perdas
Compromissos de crédito	584.515,70	1.442,10
TOTAL	584.515,70	1.442,10

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é composto por Capital Social, Reserva de Lucros e Sobras Acumuladas.

a) Capital Social:

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes. O ingresso ou a permanência no quadro social é livre àqueles que desejarem utilizar os produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, desde que adiram aos propósitos sociais, concordem, preencham e satisfaçam as condições estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Cooperativa.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Capital Social	6.665.966,02
Número de Associados	5.151

b) Integralização e baixas de Capital

Representam o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado. Também constam nessas movimentações as novas captações de cooperados ativos

c) Gestão do Capital

A análise de suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a Instituição possui Patrimônio de Referência (capital disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos. A plena adaptação ao arcabouço regulatório de Basileia III, em conjunto com a capacidade de gerar resultados, contribui para que a Cooperativa mantenha índices de capital estáveis, com folga de capital em patamar confortável, em relação ao mínimo regulatório.

Os fluxos de capital são um aspecto importante na análise de vulnerabilidades. A composição do capital da COOPESF mostra que o nível de concentração de risco é muito baixo, sendo que o maior saldo de capital representa 7% da composição total. A estratégia de diversificação sinaliza que o nível de concentração está equilibrado.

d) Reserva legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764/71, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Ao final do exercício as cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% das Sobras Líquidas do Exercício.

e) Sobras ou perdas acumuladas

As sobras acumuladas do exercício de 2024 foram destinadas conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2025. O saldo de R\$ 134.161,52 representa o resultado da Cooperativa no exercício de 2025.

Movimentação	31/12/2025
Saldo no início do exercício	248.655,55
Destinações das sobras do exercício anterior	
Distribuição de sobras para os cooperados	(248.655,55)
Resultado do período	134.161,52
Destinações e reversões	
Destinação legal - Fundo de reserva	(13.416,15)
Destinação legal - FATES Resultado com Ato Cooperativo	(6.708,08)
Absorção FATES	28.858,72
Resultado do final do exercício	142.896,01

13 RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de crédito:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Rendas de adiantamentos a depositantes	91.875,83
Rendas de empréstimos	4.088.772,97
Rendas de direitos creditórios descontados	259.381,54
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.094.508,31
TOTAL	6.534.538,65

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	30.761,93
Rendas de títulos de renda fixa	340,64
Rendas de aplicações em fundos de investimento	305.799,90
TOTAL	336.902,47

14 DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

a) Operações de captação no mercado:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Despesas de depósitos a prazo	(1.804.081,74)
Contribuição FGCOOP	(14.112,85)
TOTAL	(1.818.194,59)

b) Provisão para perdas esperadas:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Operações de crédito	(1.958.930,33)
Compromissos de crédito	511,02
TOTAL	(1.958.419,31)

15 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Receitas de tarifas - PN e MEI	4.251,36
Receitas de tarifas - PJ	970,00
Outros Serviços	2.569,36
TOTAL	7.790,72

b) Outras receitas operacionais:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Recuperação de encargos e despesas	6.957,41
Rendas de processamento SPB	765,22
TOTAL	7.722,63

16 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Honorários	(574.382,26)
Proventos	(567.093,22)
Encargos Sociais	(257.681,24)
Benefícios	(298.688,46)
Treinamentos	(28.858,72)
TOTAL	(1.726.703,90)

b) Despesas Administrativas:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Água, Energia e Gás	(9.288,22)
Aluguéis	(10.368,00)
Comunicação	(33.161,73)
Manutenção e Conservação de Bens	(65.557,13)
Material	(6.869,39)
Processamento de Dados	(132.171,06)
Propaganda e Publicidade	(10.960,00)
Seguros	(311,03)
Serviços do Sistema Financeiro	(60.303,20)
Serviços de Terceiros	(56.842,27)
Serviços Técnicos Especializados	(342.515,73)
Transporte	(18.150,17)
Outras Despesas Administrativas	(270.022,33)
TOTAL	(1.016.520,26)

c) Despesas tributárias

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Despesas com tributos estaduais	(3.321,55)
Despesas com tributos municipais	(5.980,10)
Contribuição ao PIS/PASEP	(4.862,58)
TOTAL	(14.164,23)

d) Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Amortização	(7.537,14)
Depreciação	(30.158,09)
TOTAL	(37.695,23)

e) Outras despesas operacionais:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Descontos concedidos em operações de crédito	(26.507,44)
Despesas de juros sobre o capital social	(136.667,06)
Outras despesas operacionais	(17.920,08)
TOTAL	(181.094,58)

17 PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A cooperativa deve divulgar a natureza do relacionamento, montante das transações, prazos e condições, garantias dadas ou recebidas e provisão para crédito de liquidação duvidosa.

a) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente, é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal. Em assembleia realizada em abril de 2025 foi aprovado a remuneração máxima no ano de R\$542.826,00 dos honorários, gratificações, cédulas de presença e pró-labore.

b) Operações ativas e passivas:

Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços. As taxas e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com as usufruídas pelos demais cooperados da nossa cooperativa.

Demonstramos o montante de operações ativas e passivas com membros estatutários:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2025	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Operações de Crédito	358.635,36	2,43%
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.599,65)	0,32%
Operações Ativas	354.035,71	
Depósitos	878.717,28	9,40%
Capital Social	330.081,71	4,95%
Operações Passivas	1.208.798,99	

Outras Partes Relacionadas: Outras partes relacionadas é representada por familiares próximos (pais, filhos e cônjuges) de membros estatutários, com potencial influência de alteração do capital destes.

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2025	% EM RELAÇÃO DO TOTAL
Depósitos	552.307,96	5,91%
Capital Social	343.319,35	5,15%
Operações Passivas	895.627,31	

19 ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, e de acordo com a Resolução CMN nº 4.606, artigo 12, o requerimento mínimo de patrimônio exigido em relação à ponderação de ativos é de 12% na data-base das demonstrações.

Apresentamos abaixo o realizado para o exercício findo:

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Patrimônio de referência	7.507.415,04
RWA total (Regime Prudencial Simplificado)	13.141.719,04
Patrimônio requerido	2.234.092,24
Índice de Basileia	57,13%

20 CESSÃO DE CRÉDITO RESOLUÇÃO CMN Nº 2.836/2001

Em 18 de dezembro de 2025, a instituição realizou operação de cessão de créditos originados de operações de empréstimos para pessoas físicas não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.836/2001.

Os contratos objeto da cessão encontravam-se anteriormente classificados como prejuízo, tendo sido integralmente baixados da carteira ativa da cooperativa. Dessa forma, o valor contábil líquido dos créditos cedidos na data da operação era de R\$ 999.150,87.

A cessão foi realizada pelo valor de R\$ 1.450.000,00, montante reconhecido no resultado do exercício na rubrica receitas de recuperação de créditos baixados para prejuízo.

21 IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/21

A partir de 1º de janeiro de 2025 foram implementadas as mudanças necessárias para garantir conformidade regulatória e a adequada mensuração do risco de crédito, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.966/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela referida resolução foram registrados no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, conforme demonstrado a seguir:

Sobras ou perdas acumuladas em 31 de dezembro de 2024	248.655,55
Ajustes de transição no Patrimônio Líquido	
Perda esperada para operações de crédito	(60.577,36)
Provisão para perdas com obrigações com instrumentos financeiros	(1.953,12)
Efeito dos ajustes de transição no Patrimônio Líquido	(62.530,48)
Sobras ou perdas acumuladas em 31 de janeiro de 2025	186.125,07

Os impactos apresentados refletem as mudanças necessárias para garantir conformidade regulatória e a adequada mensuração do risco de crédito, assegurando a transparência e a consistência das informações financeiras da Cooperativa.

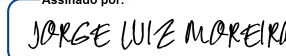
A Administração da **COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF** é responsável pelas informações divulgadas neste relatório.

Curitiba –PR, 31 de dezembro de 2025.

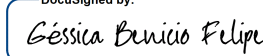
DocuSigned by:

 14D320755CB64E0...

Claudinei Fernando Eschholz
 Diretor Financeiro

Assinado por:

 D3039D6A199446A...

Jorge Luiz Moreira
 Diretor Administrativo

DocuSigned by:

 B8DAEB7FBCFB40D...

Géssica Benicio Felipe
 Contadora
 CRC: PR – 066.344/O-6

ATA Nº. 287 DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO E SERVIÇOS FINANCEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - COOPESF, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2025.

Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril de 2026 às 14:30h, os Conselheiros Fiscais efetivos, Srs. José Alves de Almeida - Coordenador, Donizete Corbetta, e Irajá Krukoski, reuniram-se de forma virtual pela plataforma 'Zoom' para cumprimento de programa de trabalho extraordinário.

Primeiramente o Conselheiro José Alves de Almeida – Coordenador, agradeceu a presença dos Conselheiros Fiscais presentes e em seguida tratou do assunto.

Em reunião extraordinária em observância ao disposto no artigo 56, da Lei 5764/71, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, foram examinados o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela Coopesf.


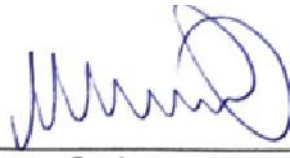

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Coopesf, declaramos que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e econômico financeira da Cooperativa no referido exercício social, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Cooperados.

No entanto, há a necessidade de a Coopesf dar atenção e atender ao mencionado no parágrafo de "Base para Opinião com Ressalva", constante no 'Relatório de Auditores independentes' Nº 124/2026, emitido em 31/03/2026.

Por fim, deixou a palavra em aberto para que os demais conselheiros que quisessem a usassem. Na falta de manifestação, encerrou a reunião e, eu, José Alves de Almeida – Coordenador dos Trabalhos, redigi esta ata que após leitura e aprovação será assinada pelos Conselheiros Fiscais.

Curitiba PR, 17 de abril de 2026

Assinaturas

 _____ José Alves de Almeida Efetivo	 _____ Donizete Corbetta Efetivo
	 _____ Irajá Krukoski Suplente

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 47FEC841-1AED-42F4-890E-3926B5EC9E13

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Demonstrações Financeiras Coopesf 2025 - INF9010

Envelope fonte:

Documentar páginas: 30

Assinaturas: 6

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 6

Rubrica: 0

Géssica Benicio Felipe

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Higienópolis, 1044

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Londrina, PR 86020-080

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

gessica.4801@uniprimecentral.com.br

Endereço IP: 200.106.147.119

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Géssica Benicio Felipe

Local: DocuSign

05/05/2026 14:01:23

gessica.4801@uniprimecentral.com.br

Eventos do signatário

Claudinei Fernando Eschholz

claudinei@coopesf.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 14D320755CB864E0...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.115.54.2

Registro de hora e data

Enviado: 05/05/2026 14:05:06

Reenviado: 05/05/2026 14:08:07

Visualizado: 05/05/2026 16:01:03

Assinado: 05/05/2026 16:01:33

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 03/07/2023 17:21:44

ID: 1dcab8ef-cdbd-45a5-a9e0-e555404f3806

Géssica Benicio Felipe

gessica.4801@uniprimecentral.com.br

UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL

INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE

CRÉDITO LTDA

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 B8DAEB7FBCFB40D...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 200.106.147.119

Enviado: 05/05/2026 14:05:06

Visualizado: 05/05/2026 14:05:36

Assinado: 05/05/2026 14:06:57


Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

JORGE LUIZ MOREIRA

jorge@coopesf.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinado por:

 D3039D6A199446A...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 187.115.54.2

Enviado: 05/05/2026 14:05:07

Visualizado: 05/05/2026 16:03:27

Assinado: 05/05/2026 16:03:53

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 05/05/2026 16:03:27

ID: 40eef65a-1483-4022-b8dc-87764762f504

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Yara Clesio Costa yara.4801@uniprimecentral.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 05/05/2026 14:05:08
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:		
Aceito: 09/11/2020 11:48:08		
ID: 102b7647-05c9-473b-b384-d57dcd0a70aa		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	05/05/2026 14:05:09
Envelope atualizado	Segurança verificada	05/05/2026 14:08:06
Entrega certificada	Segurança verificada	05/05/2026 16:03:27
Assinatura concluída	Segurança verificada	05/05/2026 16:03:53
Concluído	Segurança verificada	05/05/2026 16:03:53

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: bruno.4801@uniprimecentral.com.br

To advise UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at bruno.4801@uniprimecentral.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to bruno.4801@uniprimecentral.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to bruno.4801@uniprimecentral.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL INTERESTADUAL DE

COOPERATIVAS DE CRÉDITO LTDA during the course of your relationship with
UNIPRIME CENTRAL – CENTRAL INTERESTADUAL DE COOPERATIVAS DE
CRÉDITO LTDA.